

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências e Tecnologia

ALINE APARECIDA ALCÂNTARA DA SILVA

**AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR:
REFLEXÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA DOCENTE**

Presidente Prudente
2023

AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: REFLEXÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA DOCENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para Defesa – nível Mestrado.

Orientador: Profº Dr. Klaus Schlünzen Junior

Linha de pesquisa: Processos Formativos, Ensino e Aprendizagem.

Presidente Prudente
2023

S586a Silva, Aline Aparecida Alcântara da
Autismo e inclusão escolar : reflexões a partir da perspectiva docente / Aline Aparecida Alcântara da Silva. -- Presidente Prudente, 2024
67 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Klaus Schlünzen Junior

1. Educação. 2. Inclusão Escolar. 3. Transtorno do Espectro Autista. 4. Perspectiva Docente. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Tecnologia

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Autismo e Inclusão Escolar: reflexões a partir da perspectiva docente

AUTORA: ALINE APARECIDA ALCÂNTARA DA SILVA
ORIENTADOR: KLAUS SCHLUNZEN JUNIOR

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Educação, pela Comissão Examinadora:



Documento assinado digitalmente
KLAUS SCHLUNZEN JUNIOR
Data: 29/02/2024 14:32:02-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. KLAUS SCHLUNZEN JUNIOR (Participação Virtual)
FCT/ UNESP - Presidente Prudente (SP)

Profa. Dra. ANDREIA CRISTIANE SILVA WIEZZEL (Participação Virtual)
FCT/ UNESP - Presidente Prudente (SP)

Prof. Dr. DENNER DIAS BARROS (Participação Virtual)
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) - São Carlos (SP)

Presidente Prudente, 15 de dezembro de 2023

Dedico a todos que acreditaram em mim, até mesmo quando eu não acreditei! E aos estudantes que estiveram em minha trajetória: Daniel, Fabrício, Ritinha, João Paulo, Thamires, Henrique, Gabriel, Ewerton, Bryan, Pedro, João Gabriel, Vitória, Lucas e Leonardo.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por todo apoio e incentivo, por ensinar que a educação e os estudos é o melhor caminho e compreender que isso nos dá asas nos permitindo voar.

À minha irmã Cristina e meu cunhado Diego, pelas longas conversas que foram necessárias para me encorajar a não desistir.

Ao meu orientador Klaus Schlunzen Junior, por toda paciência, orientações e ensinamentos.

A professora Elisa Tomoe Moriya Schlunzen, por me acolher e me propiciar a oportunidade de ser uma boa profissional, mas principalmente ser uma pessoa melhor.

Aos professores membros da banca, Andreia, Denner, Ana e Danielle que se disponibilizaram a contribuir para esta pesquisa e minha formação.

Aos participantes da pesquisa que compartilharam suas experiências e tornaram este estudo possível.

A todos os colegas do PPGE que me ensinaram muito durante as atividades do Programa e fora delas também.

Aos funcionários da seção de pós-graduação, por todo suporte, e principalmente a Ivonete, por sempre estar com um sorriso para nos receber e nos auxiliar.

Ao Centro de Promoção da Inclusão Digital, Educacional e Social (CPIDES) e ao grupo Ambientes Potencializadores para a Inclusão (API), em especial, Denner, Carolaine, Jhenifer, Ana Osório, Jane, Éder e todos os demais companheiros e alunos do CPIDES que juntos me ensinaram o que é a inclusão.

E um agradecimento especial a dois amigos que mesmo nas dificuldades nunca me deixaram desistir, ao Denner com todo carinho, saiba que você é e continuará sendo sempre uma inspiração e a Jhenifer por estar sempre presente me apoiando e acreditando em mim.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

*"Como sou pouco e sei pouco, faço o pouco que me cabe me dando por inteiro."
Ariano Suassuna*

SILVA, Aline Aparecida Alcântara. **Autismo e Inclusão Escolar: Reflexões a Partir da Perspectiva Docente**. 2023, 67f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente/SP. 2023.

RESUMO

O trabalho está vinculado à linha de "Processos Formativos, Ensino e Aprendizagem", pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente/SP. As díades de comportamento, linguagem apresentada por estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), são desafios permanentes na busca pela Educação Inclusiva, principalmente quando se trata da presença de estudantes no ensino regular. Envolve desde o modo de como interagir com esses estudantes até mesmo questões de adaptação ou elaboração de materiais com a pretensão de equiparar oportunidades diante das necessidades e interesses destas pessoas, dentre outros aspectos. Deste modo, tivemos por objetivo discutir a realidade do processo de inclusão escolar de um estudante com TEA em sala regular, a partir da perspectiva dos professores deste estudante em uma escola pública da rede regular de ensino de um município do interior do estado de São Paulo. Deste modo, realizamos a aplicação de um questionário com perguntas abertas delineando o processo de análise dos dados produzidos a partir da categorização das respostas obtidas, por meio de similaridade. Como resultados obtivemos que os professores defendem a inclusão, mas que muitos ainda não se sentem preparados para lidar na prática, seja por questões de falta de experiências ou não saber lidar com as diferenças, principalmente se tratando do TEA, onde há a pluralidade dentro do próprio transtorno. Porém, mesmo com as dúvidas e dificuldades, conseguiram descrever possíveis caminhos a serem percorridos, como a formação continuada, o vínculo entre escola e família, o trabalho em conjunto com os professores especializados, a adaptação curricular e principalmente a compreensão de que a inclusão escolar envolve inúmeros fatores. Concluímos que ao reconhecer diferentes aspectos que se relacionam com o processo de inclusão escolar, a partir das respostas dos professores, as principais contribuições foram: a reflexão sobre a auto percepção que cada um tem sobre a inclusão e como ela emana de formas diferentes em cada profissional, o reconhecimento das limitações ao atuar junto a um estudante com autismo e o apontamento de possíveis ações para contribuir com o desenvolvimento de estratégias pedagógicas corroborando para práticas mais inclusivas que atendam as singularidades do estudante.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Inclusão Escolar, Perspectiva Docente.

SILVA, Aline Aparecida Alcântara. **Autism and School Inclusion: Reflections from the Teaching Perspective**. 2023, 67f. Dissertation. Postgraduate Program in Education, São Paulo State University.. Presidente Prudente/SP. 2023.

ABSTRACT

The work is linked to the "Formative Processes, Teaching, and Learning" line, belonging to the Graduate Program in Education at São Paulo State University (UNESP), Presidente Prudente/SP Campus. The dyad of behavior and language presented by students with Autism Spectrum Disorder (ASD) constitutes ongoing challenges in the pursuit of Inclusive Education, particularly when it comes to the presence of students in regular education. It encompasses everything from how to interact with these students to issues of adapting or creating materials with the intention of equalizing opportunities in the face of their needs and interests, among other aspects. Thus, our goal was to discuss the reality of the school inclusion process for a student with Autism Spectrum Disorder (ASD) in a regular classroom, from the perspective of the teachers of this student in a public school within the regular education system of a municipality in the interior of the state of São Paulo. We conducted the application of a questionnaire with open-ended questions outlining the data analysis process based on the categorization of the responses obtained through similarity. As a result, we found that the teachers support inclusion, but many still do not feel prepared to deal with it in practice, either due to a lack of experience or not knowing how to handle differences, especially when it comes to ASD, where there is diversity within the disorder itself. However, even with doubts and difficulties, they were able to describe possible paths to be taken, such as continuing education, the connection between school and family, collaboration with specialized teachers, curricular adaptation, and especially the understanding that school inclusion involves numerous factors. We conclude that by recognizing different aspects related to the school inclusion process, based on the teachers' responses, the main contributions were: reflection on the self-perception that each one has about inclusion and how it emanates in different ways in each professional, recognition of limitations when working with a student with autism, and pointing out possible actions to contribute to the development of pedagogical strategies, supporting more inclusive practices that address the singularities of the student.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder, School Inclusion, Teaching Perspective.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre os participantes	29
Quadro 2 - Questões da realizada com os professores.....	32
Quadro 3 - Transcrição das respostas da questão 1	35
Quadro 4 - Transcrição das respostas da questão 2	37
Quadro 5 - Os saberes dos professores.....	48

LISTA DE SIGLAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

API - Ambiente Potencializadores para a Inclusão

CID - Classificação Internacional de Doenças

CPIDES - Centro de Promoção para Inclusão Digital, Escolar e Social

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

EPAEE - Estudantes Público Alvo da Educação Especial

PcD - Pessoas com Deficiência

PEI - Plano de Ensino Individualizado

TEA - Transtornos do Espectro do Autismo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 A jornada até aqui!	13
1.2 Estrutura da dissertação	16
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	17
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.1 Natureza da Pesquisa	27
3.2 Estudo de Caso	27
4. PRODUÇÃO DE DADOS	29
4.1 Participantes da pesquisa e contexto	29
4.2 Instrumentos de produção de dados	31
4.3 Forma de Análise dos Dados	32
5. DESCRIÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS	35
6. ANÁLISES	41
6.1 A Concepção sobre o Conceito de Inclusão Escolar	41
6.2 Obstáculos Pedagógicos	43
6.3 A Dualidade das Dificuldades e Possibilidades	49
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1 A jornada até aqui!

Para iniciar, me dou ao direito a uma licença poética para escrever em primeira pessoa, mesmo que o ambiente acadêmico tenha seu rigor científico e linguagem formal, há momentos que se faz necessário o lado humano, informal e pessoal transparecer.

Durante meu processo de formação acadêmica, em inúmeras situações deparei-me com a temática da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, principalmente com estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

De 2013 a 2022, atuei como estagiária no grupo de pesquisa “Ambientes Potencializadores para a Inclusão (API)”, vinculado ao Centro de Promoção para a Inclusão Digital, Escolar e Social (CPIDES) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP. No CPIDES, realizei atendimentos com recursos pedagógicos e tecnológicos junto aos Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE), que são os estudantes com deficiência (físicas, sensoriais, intelectuais e múltiplas), Transtornos do Espectro Autista e altas habilidades/superdotação, visando sua inclusão escolar, digital e social.

A experiência proporcionada por esse trabalho e pelos estágios realizados na escola regular foram essenciais para que pudesse compreender como a inclusão, aliada à educação pode ser transformadora, podendo garantir um ensino e uma qualidade de vida não só aos EPAEE, como também para aqueles que convivem com eles, valorizando as diferenças e enaltecendo as potencialidades. O convívio com os estudantes com TEA e com as famílias, gerou diversas inquietações pessoais sobre a temática da inclusão, não apenas escolar, mas em um âmbito geral, principalmente se tratando do Transtorno do Espectro Autista.

Deste modo, após a formação inicial e especialização na área de Educação Especial e sobre TEA, em 2022 ingressei atuando como professora em uma instituição filantrópica a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com o atendimento a estudantes adolescentes (12 a 16 anos) com autismo severo e não verbais, momento de desafios, mas principalmente uma rica experiência, me

fez refletir e me questionar, por exemplo, como seria caso esses alunos tivessem a oportunidade de estarem em salas regulares, quais seriam as dificuldades, como os profissionais iriam desenvolver seu trabalho, como seriam a convivência com outros estudantes.

Em consonância com minhas reflexões, no mesmo ano obtive a oportunidade de trabalhar como professora auxiliar em uma escola estadual de tempo integral, acompanhando um estudante com TEA. Portanto, chegou o momento, onde tudo que experienciei de forma teórica e prática, se reúnem em um único contexto no qual sempre recaem minhas inquietações.

Na prática, sabemos que não basta as Políticas Públicas como dispositivo legal para que não neguem a qualquer pessoa com deficiência o acesso à mesma sala de aula com crianças e adolescentes sem deficiências, visto que entre a teoria e prática há uma lacuna grande a ser preenchida, pois, somente o acesso não garante a inclusão.

Estar em um ambiente é diferente de pertencer. É um grande avanço ter alunos com deficiência em salas regulares, mas se faz necessário reconhecer que somente o acesso de forma física não é a inclusão de fato. A inclusão precisa ser vista para além das barreiras arquitetônicas, necessita de mudanças de concepções pessoais a respeito de preconceitos, paradigmas e estigmas com relação à Pessoas com Deficiência (PcD), para que seja possível mudanças na convivência, refletindo em transformações na prática pedagógica, no caso da inclusão escolar.

Para Beyer (2007), os professores se sentem despreparados frente a este paradigma. Segundo o autor, faltam a estes profissionais uma melhor compreensão a respeito do que se trata a inclusão escolar, ou seja, melhor formação conceitual, além de condições mais apropriadas de trabalho que permitam práticas pedagógicas inclusivas.

Beyer (2007) também aponta outro ponto a ser destacado em relação à evolução do processo inclusivo de estudantes com deficiência e/ou transtornos nas salas de aula comuns. Ele discorre sobre a existência da preocupação pela falta de preparo ou lentidão na formação de professores para trabalhar com Estudantes Público-Alvo da Educação Especial. Já Baptista (2006) discorre sobre as contribuições que a flexibilização do currículo pode trazer para facilitar o trabalho realizado pelos professores. E quando falamos em processo inclusivo estamos em

consonância com Correia (2008), que diz que a Educação Inclusiva nas escolas deve ir além da acessibilidade. Logo, é preciso sensibilidade e mudança de concepção, adaptação curricular e formação adequada dos profissionais.

Contudo, independentemente dos argumentos e dificuldades encontradas no ambiente escolar para a promoção da inclusão efetiva dos estudantes, é fato que um dos papéis da escola é possibilitar mudanças de forma a abranger a TODOS os estudantes e promover um ensino de qualidade, sem exceções, como nos apresenta Fernandes (2007), quando o autor nos lembra que a Inclusão é:

Um movimento ligado à valorização de TODAS as pessoas, independentes de suas diferenças individuais, inclusive àquelas com deficiências. A sociedade transforma as estruturas vigentes (valores, acessibilidade, legislação, formação profissional etc.) para garantir a plena participação de todos. Educação de qualidade para TODOS em um processo bilateral, com o qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade possam contar a fim de equacionar problemas, encontrar soluções e efetivar a equiparação de oportunidades (FERNANDES, 2007, p. 45-46).

Por sua vez, a criança com TEA, como todas as crianças, têm direito à educação, e devem ser incluídas nas atividades escolares. Como colocado por Valle e Maia (2010, p. 17), “a inclusão escolar consiste no processo de adequação da sociedade às necessidades de seus participantes, para que, uma vez incluídos, possam desenvolver-se e exercer plenamente sua cidadania”.

A inclusão escolar de alunos com TEA, é uma questão relevante dentro do contexto educacional. Posto que, os dados mais recentes divulgados referente a prevalência do autismo, apontou que 1 em cada 36 crianças de até 8 anos nos Estados Unidos (Maenner; Warren; Williams; et al, 2020), foram diagnosticadas com o TEA. No Brasil, ainda não temos dados oficiais, mas com base em estimativas globais da ONU, que apontam que cerca de 1% da população é autista, no Brasil teríamos então aproximadamente 2 milhões de pessoas, o que corresponderia a população do Estado de Sergipe. Se considerarmos os dados da prevalência dos EUA, e nos atentarmos ao números de alunos que as salas de aula brasileiras possuem, teríamos então praticamente pelo menos 1 estudante com TEA em cada sala de aula.

Ressalto que os dados quantitativos citados anteriormente, tem por finalidade ilustrar o tamanho da demanda existente e pensarmos em uma perspectiva futura para o cenário educacional. É relevante citar que toda luta e empenho com vistas à inclusão escolar, é válida e necessária mesmo que fosse por um único estudante, pois, Barros (2021) o todo é formado por vários “uns” e é preciso olhar para as necessidades dos “uns” que compõem o todo.

Estando exposto o cenário atual e expectativas futuras do aumento dessa população também na realidade brasileira, temos um campo com grande potencial a ser explorado. Nesse sentido, no ambiente escolar, as intervenções e estratégias educacionais na vida desses estudantes devem priorizar e objetivar o desenvolvimento de competências e habilidades diante dos déficits apresentados, a fim de promover o ensino e aprendizagem, favorecendo assim a melhora na qualidade de vida.

Posto isso, baseado nas experiências relatadas e dos respaldos teóricos apontados surge a pergunta da pesquisa: Como a compreensão por professores de diferentes aspectos que influenciam o processo de inclusão escolar de um estudante com TEA, pode favorecer o desenvolvimento de estratégias pedagógicas e sociais dentro do ambiente escolar?

Portanto, no presente trabalho temos como objetivo refletir acerca do processo de inclusão escolar de um estudante com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em sala regular, a partir da perspectiva dos professores que convivem com o estudante dentro da instituição.

1.2 Estrutura da dissertação

O trabalho está estruturado em sete seções. Na primeira, apresentamos os aspectos motivadores e o percurso para a realização da pesquisa, partindo das concepções pessoais, profissionais e acadêmicas de forma geral. Os pressupostos teóricos que abarcam sobre o Transtorno do Espectro Autista ao longo da história até as definições atuais, são tratados na segunda. A terceira Seção, intitulada “Processos Metodológicos”, que fundamenta a natureza da pesquisa que é

qualitativa, em se tratando de um estudo de caso sustentando a quarta Seção de “Produção de Dados”, etapa onde se descreve os participantes da pesquisa e o contexto que ela ocorreu, sendo explicitados os instrumentos que foram utilizados e a forma de análise dos resultados. Na quinta, ocorre a descrição dos dados produzidos e os resultados. O processo de “Análises”, acontece na sexta Seção, a partir dos dados da sessão anterior, definimos as três categorias que são os eixos principais para nortear a discussão. A sétima Seção conclui a Dissertação com as considerações finais do trabalho, onde são ressaltadas possíveis contribuições da pesquisa e possibilidades de estudos futuros sobre a temática.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para compreendermos o contexto atual referente ao TEA, se faz necessário recorreremos a sua gênese, para que seja possível explicar e entender o conceito e suas características.

Em 1911, Paul Eugen Bleuler médico psiquiatra especialista em psicoses na busca de descrever os vários tipos de esquizofrenia concebe o termo “autismo”. Com seus estudos, descreveu quatro tipos clínicos de esquizofrenias, no qual o mais grave deu o nome de autismo, somente em 1978, o psiquiatra inglês Michael Rutter distinguiu as duas patologias, definindo o autismo como transtorno único.

Leo Kanner, psiquiatra infantil, realizou em 1943 as primeiras publicações definindo sua concepção sobre o Autismo, seus estudos foram com 11 crianças de 5 a 11 anos, se tratando de crianças com diagnóstico tardio e sem a realização de intervenção precoce.

Em seguida, Hans Asperger, um médico conceituado em pediatria, relatou suas visões em relação ao TEA em um estudo publicado em austriaco em 1944, que apenas nos anos 80 se tornou conhecido, divergindo de algumas compreensões de Kanner, uma vez que seus estudos apontaram a prevalência em meninos e os sintomas eram menos severos, não apresentavam atrasos de linguagem e nem cognitivos. Descreveu suas observações de aspectos clínicos: carência de comunicação não verbal, empatia, fala prolixa, linguagem tendendo ao

formal, falta de coordenação motora, nível intelectual normal, o que hoje em dia seria considerado autismo nível 1 de suporte. Contudo, ambos tratam do assunto com muita propriedade, sendo os primeiros referenciais no que diz respeito ao TEA.

Em 1962, o médico psiquiatra alemão Gerhard Bosch, deu início a utilização do termo Síndrome de Asperger na literatura inglesa.

Baseado em pesquisas dos anos 60 e 70, Rutter em 1978 realiza uma importante revisão, associando o TEA a características físicas e neurobiológicas, distanciando-se da ideia equivocada que era o resultado da relação fria da mãe com o filho (mãe geladeira), esta concepção havia sido popularizada pelo psicanalista Bruno Bettelheim, que comparou pais de crianças autistas a guardas de campos de concentração nazistas em seu livro "A Fortaleza Vazia". Com as publicações de Rutter, os critérios passaram a ser reconhecidos pela comunidade médica internacionalmente, se tornando base para pesquisas e formulações diagnósticas.

Em 1981, Wing trouxe os estudos para a comunidade ocidental. A médica britânica diferenciou os estudos de Kanner e de Asperger, sendo a responsável pela popularização da terminologia "Síndrome de Asperger".

Somente em 1991, Uta Frith médica alemã, realizou uma descrição detalhada sobre o autismo, comendo aos critérios diagnósticos já descritos, concebendo um suporte para que o autismo fosse introduzido no Código Internacional de Doenças (CID) em 1992 e no DSM em 1994.

O CID, é um documento da Organização Mundial da Saúde (OMS), que descreve os transtornos e as condições médicas anormais, relacionadas à saúde e ao desenvolvimento de doenças.

Este documento está em sua edição mais recente (11ª), em vigor desde janeiro de 2022, e traz atualizações em comparação a sua versão anterior.

No CID-10 (1990), o TEA fazia parte dos códigos de Transtornos Globais Do Desenvolvimento (F84):

F84 - Transtornos Globais do Desenvolvimento

- F84.0 - Autismo infantil;
- F84.1 - Autismo atípico;
- F84.2 - Síndrome de Rett;
- F84.3 - Outro transtorno desintegrativo da infância;

- F84.4 - Transtorno com hipercinesia associada a retardo mental e a movimentos estereotipados;
- F84.5 - Síndrome de Asperger;
- F84.8 - Outros transtornos globais do desenvolvimento;
- F84.9 - Transtornos globais não especificados do desenvolvimento.

Na versão atual CID-11 (2022), o manual passa a considerar a classificação do TEA, sendo os códigos substituídos pelos do TEA (6A02):

6A02 - Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)

- 6A02.0 - Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
- 6A02.1 - Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
- 6A02.2 - Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
- 6A02.3 - Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
- 6A02.4 - Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;
- 6A02.5 - Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;
- 6A02.Y - Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado;
- 6A02.Z - Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado.

Portanto, as subdivisões do TEA, são definidas pela presença ou ausência da deficiência intelectual e dos prejuízos na linguagem funcional.

De acordo com o DSM V (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), a Síndrome de Asperger e o Transtorno Global de Desenvolvimento se unificam, passando a ser chamados apenas de Transtorno do Espectro Autista (TEA), um transtorno no desenvolvimento neurológico, que compromete os campos emocionais e sociais.

Em maio de 2013 foi publicado o DSM – V, nesta versão a síndrome de Rett

foi retirada dos TEA. Também o diagnóstico da síndrome de Asperger foi eliminado e incorporado aos transtornos do espectro autista de grau leve.

O termo médico aplicado à síndrome de Asperger atualmente é Desordem do Espectro Autista de Nível 1, sem apresentar comprometimentos intelectuais ou verbais.

Os três níveis de severidade na classificação atual do autismo são as seguintes:

Nível 1 – Necessidade de pouco apoio.

Comunicação Social: a criança necessita de apoio contínuo para que as dificuldades na comunicação social não causem maiores prejuízos; apresenta dificuldade em iniciar interações com outras pessoas, sejam adultos ou crianças, ocasionalmente oferecem respostas inconsistentes as tentativas de interação por parte do outro; aparentemente demonstram não ter interesse em se relacionar com outras pessoas.

Comportamentos repetitivos e restritos: esse padrão de comportamento repetitivo e restrito ocasiona uma inflexibilidade comportamental na criança, gerando assim dificuldade em um ou mais ambientes; a criança fica por muito tempo em uma única atividade (hiperfoco) e apresenta resistência quando necessita mudar para outra; alterações na organização e planejamento podem atrapalhar o trabalho pela busca da independência e autonomia da pessoa.

Nível 2 – Necessidade de apoio substancial.

Comunicação Social: a criança apresenta um déficit notável nas habilidades de comunicação tanto verbal como não-verbais; percebe-se acentuado prejuízo social devido pouca tentativa de iniciar uma interação social com outras pessoas; quando o outro inicia o diálogo as respostas, geralmente, mostram-se reduzidas ou atípicas.

Comportamentos repetitivos e restritos: apresenta inflexibilidade comportamental e evita a mudança na rotina, pois tem dificuldade em lidar com ela; essas características podem ser notadas por um parente ou amigo que raramente visita a casa da família; a criança se estressa com facilidade e tem dificuldade de modificar o foco e a atividade que realiza.

Nível 3 – Necessidade de apoio muito substancial.

Comunicação social: há severos prejuízos na comunicação verbal e não-verbal; apresenta grande limitação em iniciar uma interação com novas pessoas e quase nenhuma resposta às tentativas dos outros.

Comportamentos repetitivos e restritos: há presença de inflexibilidade no comportamento; extrema dificuldade em lidar com mudanças na rotina e apresentam comportamentos restritos/repetitivos que interferem diretamente em vários contextos; alto nível de estresse e resistência para mudar de foco ou atividade.

Para além da perspectiva médica para fins de diagnósticos e tratamentos, é elementar analisar como socialmente as PcD, têm seus direitos garantidos por lei. Pela nossa Constituição Federal de 1988, temos que a cidadania e a dignidade de toda pessoa humana como fundamentos básicos da sociedade, e tem como um dos seus objetivos principais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Além disso, este documento garante ainda o direito à igualdade e à educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Pensando no caso das PcD, temos a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), um importante documento que corrobora com a legislação educacional vigente no País e garante à todas as PcD o direito à educação e a inclusão escolar, tendo como objetivo:

assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL,

2008, p.14)

A realidade no ambiente escolar, quando tratamos de inclusão e principalmente de alunos com TEA, é de que muitos professores aparentam ter medos e receio de encarar e até mesmo interagir com estes estudantes. Isso é resultado da falta de conhecimento e também da falta de experiência de como fazer e agir (BRITES, 2019).

A Lei da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, (Lei 12.764/2012), regulamentada pelo Decreto nº 8.368/2014, em seu

“art.3.o § 2.o, IV, a” impõe o direito do acesso à educação e ao ensino profissionalizante a todo estudante com TEA. A Lei é um grande ganho, porém, somente ela não garante que a inclusão desses estudantes ocorra de forma efetiva. Os professores não estão preparados para atuar nesse contexto, é necessário formá-los.

Em sua pesquisa, Ferro (2016) aborda a temática da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o principal objetivo de levantar as questões mais relevantes que estavam sendo discutidas pelos pesquisadores sobre o assunto. Como resultado ela afirma que a inserção dos alunos com TEA na instituição escolar regular não implica necessariamente na sua inclusão de fato. Para que se alcancem novos resultados nesta área, mudanças na formação de professores e de agentes educacionais, e uma reforma das instituições escolares, são necessárias.

Assim sendo, cabe ao educador a complexa tarefa de criar estratégias de ensino para todos os estudantes, independente do grau de dificuldade apresentado, pois esse é um dos pressupostos da educação inclusiva: criar condições para que todos os estudantes possam desenvolver suas potencialidades, independentemente de suas limitações, conforme apontam Mantoan (2013), Schlünzen (2000), e Schlünzen e Santos (2016).

Nos últimos anos o TEA deixou de ser um tema obscuro e ganhou a atenção da mídia e dos pesquisadores. Há muitos estudos, pesquisas e descobertas na área médica, na área clínica por psicólogos, fonoaudiólogos e até por psicopedagogos, mas, na área educacional, quando se trata do professor,

prática docente, atuação em sala de aula, ainda é um campo escasso considerando a realidade brasileira.

Giolo e Garcez (2022) em sua revisão sistemática encontraram somente oito artigos, com a temática "a inclusão de crianças autistas", com buscas realizadas nas bases de dados SciELO, BIREME, Redalyc, EBSCO e Scopus considerando os anos de 2010 a 2020. Como resultado, apontaram que os artigos se tratavam de pesquisas empíricas com métodos qualitativos, com objetivo de verificar se a inclusão dessas crianças ocorria de forma favorável ou não. Nas considerações finais, apontam que

por mais que haja um grande aumento no número de crianças diagnosticadas como autistas que frequentam os ensinos regulares, ainda há poucos estudos relacionados a esse tema. Desta forma, salienta-se a importância do desenvolvimento de novas pesquisas com o intuito de discutir e fornecer mais informações sobre esse processo de inclusão (GIOLO; GARCEZ, 2022, p. 198).

Em consonância, Cabral e Marin (2017) por meio de revisão sistemática de artigos da literatura nacional publicados entre 1998 e 2014, consideraram 25 estudos brasileiros localizados nas bases de dados LILACS, BVS, SCIELO e Portal de Periódicos da CAPES e 92 internacionais, publicados entre 1998 e 2014, nas base de dados EBSCOhost e Medline referentes à inclusão escolar de crianças com (TEA), sendo em sua maioria estudos de abordagem qualitativa e empíricos. Ressaltaram que "ainda são poucas as pesquisas nessa área, principalmente em âmbito nacional, por isso, aponta-se a necessidade de novos estudos brasileiros apresentarem reflexões e questionamentos sobre a temática em questão" (CABRAL; MARIN, 2017, p. 336). Enfatizaram, também, a insuficiência de estudos referentes à interação entre gestores, professores e pais no processo de inclusão escolar, para promover as mudanças necessárias na escola.

Muitos estudos da área educação se pautam na parte pedagógica no que tange ao aspecto do ensino e aprendizagem, a criação de novos métodos, jogos pedagógicos e até mesmo softwares educacionais, mas, no caso do TEA, que traz comprometimentos comportamentais, sociais e de comunicação, às vezes dominar teorias, conhecer novos materiais e recursos não é suficiente para se

trabalhar com os estudantes, tendo em vista que deve-se levar em consideração as comorbidades que podem vir associadas ao TEA e também as próprias características do transtorno.

Assim, se faz necessário uma ação mediadora na educação de autistas e Cunha (2016, 62) destaca: “A mediação é o processo de intervenção na relação do aluno com o conhecimento. É toda intervenção pedagógica que possibilita esta interação”. Deste modo o autor trata a mediação como sendo um movimento pedagógico que necessita de planejamento e organização. Ele ainda relata que: “A ação do mediador não é facilitar, porque mediar processos de aprendizagem é, sem sombra de dúvidas, provocar desafios, motivar quem aprende” (CUNHA, 2016, p. 62). Evidenciando a importância da mediação escolar para alunos com TEA, entretanto inúmeros questionamentos surgem, pois, na prática, há dificuldades de saber como realizar e quais ações e estratégias poderiam propiciar essa mediação.

Capellini (2001) relata algumas práticas das escolas que se dizem inclusivas:

As ações que apresentam sucessos em sistemas inclusivos mostram que é imprescindível alterações em suas práticas passando desde diminuição do número de alunos por classe, aprendizado cooperativo, elaboração de projeto pedagógico, plano individual de ensino, melhoria da formação profissional, valorização do magistério, apoios centrados na classe comum e não via suplementação, com uma pedagogia centrada na criança baseada em suas habilidades e não em suas deficiências, e que incorpore conceitos como interdisciplinaridade, individualização, colaboração e conscientização/ sensibilização (CAPELLINI, 2001, p. 155).

Sendo essas práticas consideradas apropriadas para uma escola inclusiva, quando tratamos de estudantes com TEA, podemos corroborar com essas ideias e acrescentar a importância de se pensar, refletir em como isso seria implementado, visto que devemos levar em consideração as características do transtorno e qual seu nível de comprometimento para que seja realizada uma abordagem correta, principalmente quando tratamos a respeito da parte comportamental e de comunicação do aluno. Em relação à parte de interação social, a convivência pode colaborar “com a promoção de aprendizagens diversas, sejam elas de cunho cognitivo, afetivo ou social, bem como para a aquisição de comportamentos normalizantes e socialmente aceitáveis” (SERRA, 2004, p.82).

Bosa e Baptista (2002), mesmo em meio a diversidade de opiniões, pensamentos, pesquisas, estudos e teorias a respeito do assunto, apontam controvérsias e até mesmo verdadeiras polêmicas, principalmente sobre o diagnóstico e formas de intervenção, afinal, “compreender o autismo exige uma constante aprendizagem, uma (re)visão contínua sobre nossas crenças, valores e conhecimento sobre o mundo e, sobretudo, sobre nós mesmo”. Portanto, “aproximando-nos da igualdade à medida que reconhecemos as diferenças e fazemos dessas um meio de transformação e não um fim” (BOSA; BAPTISTA, 2002, p.12-13).

Deste modo, buscamos refletir sobre a realidade do processo de inclusão escolar de um estudante com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em sala regular, a partir da perspectiva dos professores que convivem com o estudante dentro da instituição.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Natureza da Pesquisa

Essa pesquisa é de cunho qualitativo, que segundo Bogdan e Biklen (1982), envolve a angariação de dados descritivos que são obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto e com uma preocupação maior em retratar a perspectiva dos participantes.

Iniciamos com um levantamento bibliográfico, em consonância com Marconi e Lakatos (2017, p.43), definimos que:

Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

Sucedendo uma maior proximidade com o tema investigado, sendo possível de observar e analisar o que já foi produzido da temática, possibilitando direcionar o foco a aspectos que ainda não foram abordados.

3.2 Estudo de Caso

O método empregado para o desenvolvimento do trabalho, se trata do Estudo de Caso, “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamento considerados” (GIL, 1991, p.72-73).

Visto que considerando o ambiente escolar, se tratando de um colégio de tempo integral de um município do interior do estado de São Paulo, dispendo de uma equipe gestora, com uma diretora, uma vice e uma coordenadora pedagógica. Detendo um quadro com 26 professores, dentre as áreas de

Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, para atender aproximadamente 300 alunos, sendo seis EPAEE (4 com Transtorno do Espectro Autista, 1 com Deficiência Física e 1 com Baixa Visão) que usufrui do suporte de 2 professores auxiliares. A escola possui 13 salas de aula, do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio e uma Sala de Recurso Multifuncional específica para atendimento de TEA com 2 professores especialistas. No qual todos os profissionais, principalmente os professores, tiveram convívio com o estudante com TEA, o que permitiu a troca de experiências.

Para Yin (2001, p.32): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real”, deste modo para o autor esse método se torna mais indicado, quando buscamos respostas que envolvem perguntas que questionam “como” e “por que”, e principalmente quando há pouco controle do pesquisador sobre o fenômeno a ser pesquisado.

O estudo de caso envolve quatro características de acordo com Wimmer (1996, p.161), sendo elas:

1. Particularismo: o estudo se concentra em uma situação, acontecimento, programa ou fenômeno particular, proporcionando assim uma excelente via de análise prática de problemas da vida real;
2. Descrição: o resultado final consiste na descrição detalhada de um assunto submetido a indagação;
3. Explicação: o estudo de caso ajuda a compreender aquilo que se submete à análise, formando parte de seus objetivos a obtenção de novas interpretações e perspectivas, assim como o descobrimento de novos significados e visões antes despercebidas;
4. Indução: a maioria dos estudos de caso utiliza o raciocínio indutivo segundo o qual os princípios e generalizações emergem da análise dos dados particulares. Em muitas ocasiões, mais que verificar hipóteses formuladas, o estudo de caso pretende descobrir novas relações entre elementos.

Deste modo, buscamos uma compreensão verticalizada da realidade

investigada, no momento não buscamos a generalização com os resultados a serem obtidos. Entretanto, isso abre espaços para novas discussões e hipóteses a serem trabalhadas futuramente.

4. PRODUÇÃO DE DADOS

4.1 Participantes da pesquisa e contexto

Ponderamos para participação na pesquisa um público que estivesse vivenciando a atuação na escola e com contato direto com estudante com TEA, podendo assim expressar suas percepções a partir de sua experiência pessoal e profissional. É relevante salientar que, na qualidade de pesquisadora, estava vinculada neste ambiente, atuando como professora auxiliar do estudante, embora não tenha participado diretamente da pesquisa com os participantes, estar nesta posição pode oferecer uma perspectiva mais próxima durante os momentos de análise.

Deste modo, houve a participação de 10 professores, sendo 8 profissionais da sala regular e 2 professores auxiliares, como mostra o Quadro 1:

Quadro 1 - Informações sobre os participantes

Professor	Formação	Atuação profissional
P1	Licenciada em Pedagogia e História com pós graduação em Educação Especial	Professora Auxiliar
P2	Licenciada em Biologia	Professora de Ciências
P3	Licenciada em Letras	Professora de Língua Portuguesa
P4	Licenciada em Química e Física	Professora de Química
P5	Licenciada em Matemática	Professora de Matemática
P6	Licenciada em História	Professora de História
P7	Licenciado em História	Professor de História

P8	Licenciada em Letras	Professora de Língua Portuguesa
P9	Licenciada em Pedagogia com pós graduação em Educação Especial	Professora Auxiliar
P10	Licenciada em Geografia	Professora de Geografia

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O estudante da pesquisa, necessita de acompanhamento e suporte integral, para as atividades pedagógicas e sociais na unidade escolar, dispondo do auxílio de uma rotina pré estabelecida das atividades e dos horários, acompanhamento da professora auxiliar e apoio da mãe para um melhor desenvolvimento da vida escolar e social. É alfabetizado, sabe ler e escrever, possui aptidão para as áreas de Geografia e História, gosta de reconhecer os países e as bandeiras, conhecer as culturas. Inclinação para aprendizagem de idiomas, principalmente inglês e espanhol. Fluência no uso de recursos tecnológicos, celular, computador, acesso a rede de internet. Aprecia um vasto repertório musical, desde músicas infantis a músicas atuais e de diferentes idiomas, gosta de ouvir, cantar e gravar vídeos. Apresenta apego a seus materiais e brinquedos (principalmente a seus lápis de cores, canetinhas) e seus desenhos.

O estudante em questão, com o qual os profissionais conviveram se trata de um adolescente com 13 anos, com os diagnósticos de Transtornos do Espectro Autista (TEA) CID 10: F 84.0, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) CID 10: F 90.0, e Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) CID 10: 42.2.

Que expressa comportamentos repetitivos com estereotípias vocais e motoras, episódios de manias, perseveração (repetição contínua e persistente na exposição de uma opinião, ideia), agitação psicomotora, déficit de juízo crítico em relação a periculosidades e déficit nas funções executivas.

Em 2022, estava matriculado no 8º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, de uma escola estadual de tempo integral, no interior do estado de São Paulo. Seu histórico escolar anterior apresenta que frequentou uma instituição de ensino privada de 2014 a 2019, logo após iniciou o ensino domiciliar devido a crise sanitária de pandemia, visto que em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS)

anunciou o surto da pandemia de COVID-19, sendo popularmente conhecida como Coronavírus.

No âmbito educacional brasileiro, desde que foi anunciada a pandemia, ocorreu a suspensão de aulas presenciais nas mais de 180 mil escolas de ensino básico. Afetando cerca de 48 milhões de alunos deixaram de frequentar as instituições de forma presencial, segundo dados do Inep (2019). As aulas passaram a ser ofertadas de outras formas, com o ensino remoto, homeschooling, educação a distância (EaD) ou educação online, com a autorização do MEC, substituindo as aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia por meio da portaria MEC 544/2020 de 16 de junho de 2020.

Desta forma, estudantes da educação básica ao ensino superior passaram a ter aulas por meio do ensino remoto, uma forma de evitar aglomerações, o que favorece a transmissão e o contágio do vírus. Devido a este fato, o estudante ficou aproximadamente dois anos e meio afastado do ambiente escolar (2020, 2021 e 1º semestre de 2022).

4.2 Instrumentos de produção de dados

Realizamos a aplicação do questionário no mês de dezembro de 2022 com duas perguntas abertas com os professores da sala regular e professores auxiliares.. Todos que participaram foram contatados pessoalmente, esclarecidos do propósito da pesquisa, sobre questões éticas e sigilo. Quando aceitaram, entregamos o questionário com as duas questões dissertativas, a serem respondidas manuscrita, realizada na dependência da unidade escolar.

Cada participante foi recepcionado individualmente e informados mais uma vez sobre os trâmites da pesquisa. Assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A).

Os questionários foram todos padronizados, ou seja, as perguntas foram realizadas a todos os participantes exatamente com as mesmas palavras e na mesma ordem a fim de assegurar que todos tenham respondido a mesma pergunta, facilitando assim a comparação das respostas. No Quadro 2, temos as questões que foram realizadas:

Quadro 2 - Questões realizada com os professores

Questionário
1. Para você o que é a inclusão escolar?
2. Discorra sobre suas dúvidas, dificuldades e possibilidades ao seu ver que estão relacionadas a inclusão de um estudante com TEA.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Optamos por realizar perguntas abertas, sendo assim de respostas livres, mas relacionadas com nosso objetivo de estudo, enunciadas de forma clara e objetiva. Para Goldenberg (2004), este tipo de questionário possui algumas vantagens sendo elas:

[...] menos dispendioso, exige menor habilidade para a aplicação; pode ser enviado pelo correio ou entregue em mão; pode ser aplicado a um grande número de pessoas ao mesmo tempo; as frases padronizadas garantem maior uniformidade para a mensuração, os pesquisados se sentem mais livres para exprimir opiniões que temem ser desaprovadas ou que poderiam colocá-los em dificuldades; menor pressão para uma resposta imediata, o pesquisado pode pensar com calma (GOLDENBERG, 2004, p. 87).

Existem algumas desvantagens, porém, para essa pesquisa as vantagens se sobressaíram, pois, tende a ocorrer baixo índice de resposta, o que não ocorreu, tivemos a participação de todos que foram convidados, mesmo a estrutura sendo rígida o que pode dificultar expressão de sentimentos, em contraponto tem a facilidade de ter a liberdade para relatar sua opinião sem o receio de certo desaprovado, e com relação a ter habilidade de ler, escrever e a disponibilidade para responder, o público se trata de professores, logo, com formação a nível superior e são profissionais que passam o dia em uma única escola tendo seus momentos para estudos e alinhamento, o que facilitou a participação todos.

4.3 Forma de Análise dos Dados

Para além das respostas do questionário, se faz necessário recorrermos ao referencial teórico e análise documental no que tange a legislação sobre a inclusão.

Logo, podemos explorar esses dados, tendo como objetivo “abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social” (GOLDENBERG, 2004, p.63).

Para atingirmos o objetivo geral da pesquisa, que trata de discutir o processo de inclusão escolar de um estudante com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em sala regular, a partir da perspectiva dos professores, buscamos categorizar para uma análise mais precisa.

DESCRIÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS

5. DESCRIÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS

Com a fundamentação teórica e após a análise dos dados produzidos através das respostas obtidas na aplicação do questionário, foi exequível discorrer acerca das inquietações e objetos de estudos desta pesquisa, suscitando em responder a questão investigada.

Por se tratar de um estudo de caso, não temos a pretensão de generalizar os resultados obtidos, buscamos compreender apenas uma realidade local e a partir dela refletir e levar hipóteses que podem ser ou não similares a outras realidades.

Para uma melhor organização, a análise será descrita em etapas, com sua descrição e resultados obtidos em cada etapa. Na 1ª etapa: Pré-análise, realizamos a preparação para produção de dados, se caracterizou por ser o momento em que realizamos a produção de dados, através da aplicação do questionário e também a transcrição das respostas obtidas para o formato digital, visando uma melhor organização para facilitar o processo de análise.

No Quadro 3, apresentamos as transcrições das resposta da primeira pergunta:

Quadro 3 - Transcrição das respostas da questão 1

Questão 1 - Para você o que é a inclusão escolar?
<p>P1 - Inclusão escolar é um processo ou movimento que acontece dentro do espaço escolar que visa integrar os alunos com alguma deficiência seja física ou cognitiva de forma que ele se sinta acolhido e pertencente, aceito nesse meio. Mas, também a inclusão escolar não visa integrar somente esses alunos, a inclusão não se restringe apenas um grupo específico, mas a todos que frequentam a escola, os mais tímidos, os menos e os mais comunicativos, enfim, o papel da inclusão é integrar a todos, cada um com sua especificidade, de forma harmoniosa, valorizando cada um.</p>
<p>P2 - É a aceitação das diferenças individuais, aceitação do que cada pessoa pode contribuir dentro da diversidade de cada um e onde se objetiva o aprendizado por meio da cooperação. Penso que nenhuma criança fique fora da escola, mas que a escola se adapte às particularidades de todos os alunos. Com o objetivo de que nenhum aluno seja discriminado, qualquer que seja sua condição.</p>
<p>P3 - Inclusão escolar é garantir aos estudantes, independente de suas necessidades individuais, a evolução na aprendizagem. Promover sua participação, engajamento e aprendizado dentro das suas possibilidades.</p>
<p>P4 - A inclusão escolar não é somente a integração dos alunos no sistema</p>

escolar e sim uma inserção total deles, onde atinge a todos uma melhor qualidade de ensino.

P5 - A inclusão escolar é ter em sala de aula as diversidades, onde todos são aceitos, respeitados, incluídos em todas as atividades (ou adaptadas) e assim sejam realmente desenvolvidas as competências e habilidades de “todos” os alunos.

P6 - Na minha opinião, a inclusão escolar não se trata somente das pessoas com deficiência, como também de outros grupos, daqueles considerados “minorias”, como pessoas negras e a comunidade LGBTQIAP+, entre outras. Ou seja, se trata dos segmentos sociais que não gozam dos privilégios impostos pelo capitalismo e conseqüentemente, do modo como fomos colonizados e o que nos foi imposto de toda a lógica eurocêntrica.

P7 - O processo de inclusão escolar implica em dar a todos o direito de ter acesso a uma educação de qualidade. A efetivação de um processo de inclusão só acontece quando o respeito às diferenças caminha junto com a equidade de oportunidades a todos. As diferenças não podem segregar as pessoas, mas uni-las em torno de um ideal que busque desenvolver a aprendizagem, a autonomia e o desenvolvimento das competências socioemocionais nas crianças e adolescentes no convívio de toda comunidade escolar.

P8 - A inclusão escolar deve ser de todos os estudantes do ensino regular e deve ser realizada de forma cautelosa e respeitosa ao estudante e à sua família. O docente é o responsável, para gerenciar as relações sociais na sala de aula, como acolhimento e a aprendizagem dos estudantes com deficiências, favorecer o desenvolvimento de práticas inovadoras e fundamentadas em mudanças de valores e trabalhar de forma transversal em todos os componentes curriculares.

P9 - A inclusão escolar é vivenciada na educação de certa forma a “toque de caixa”, pois em muitos dos casos o professor não se sente preparado para lidar, agir e interagir com a situação que lhe está posta. Embora já se discuta mais sobre isso, já se tem lei, é no dia a dia que a inclusão vai acontecer e no contexto escolar não é diferente dos demais segmentos da sociedade. A inclusão precisa de envolvimento, ações, estratégias, recursos que propiciem o desenvolvimento do estudante. O professor precisa conhecer o estudante, precisa de tempo para se preparar, se organizar no como “o quê e no como” fazer sua aula. O que já é inviável com uma jornada de 32 aulas semanais. Na educação inclusiva é apresentado que os alunos devem ter as mesmas oportunidades para aprender e conviver. Para isso ocorrer no dia a dia escolar é importante que o professor esteja amparado, capacitado para realizar seu trabalho, suas aulas tornando-a significativa para o estudante, podendo apoiar, estimular, interagir com estratégias que promovam a oportunidade de aprendizagem.

P10 - Acerca do tema “inclusão escolar” vejo como uma forma de colocar os alunos juntos com os outros para que eles possam ter estímulo para uma nova aprendizagem, pois, acredito que incluir não é apenas sobre inserir o aluno dentro da sala de aula em motivo ou apenas colocá-lo perto dos demais, é sobre obter resultados positivos através desse processo, uma vez que feito de maneira

específica e correta.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

No Quadro 4, podemos constatar as transcrições das resposta da segunda pergunta:

Quadro 4 - Transcrição das respostas da questão 2

<p>Questão 2 - Discorra sobre suas dúvidas, dificuldades e possibilidades ao seu ver que estão relacionadas a inclusão de um estudante com TEA.</p>
<p>P1 - As dificuldades relacionadas à inclusão dos estudantes com TEA são inúmeras. Elas estão desde os espaços físicos da escola, até a abordagem dos profissionais da escola para com esses alunos. A falta de informação e conhecimento geral sobre o autismo, o conhecimento mais específico do estudante que ocupa o espaço escolar, como suas características, preferência, especificidades, etc. Muitas das quais com um pouco de interesse já seria suficiente para evitar muitos transtornos. Falamos de inclusão, mas na prática demonstramos pouca ou nenhuma atitude que promova a inclusão. Dentro da temática “inclusão” deveríamos periodicamente, termos cursos, palestras para todos no espaço escolar para instruir, orientar com a finalidade de melhorar e sanar dúvidas e dificuldades que cada situação pode, no cotidiano surgir. Entendo a inclusão como um processo porque nunca sabemos tudo e cada indivíduo é único e por isso mesmo desafios novos aparecem na caminhada.</p>
<p>P2 - Adaptar o currículo, entender as necessidades do aluno, me vejo como uma pessoa que não tenho aptidão para lidar com alunos que não como a maioria dos alunos da sala.</p>
<p>P3 - Minha maior dificuldade é a falta de conhecimento de como atender às especificidades do estudante com TEA. Eu não tenho conhecimento aprofundado do que um aluno com TEA necessita como atendimento básico, como devo me dirigir a ele quanto às especificidades de cada caso. Estou em processo de estudo, de avaliar as necessidades dos alunos recebidos pela escola e qual atendimento cada um exige. Cada estudante é único e no caso dos estudantes com TEA, essa individualidade é ainda mais latente, isso, para mim, é a maior dificuldade relacionada à inclusão. É também o que gera mais dúvidas e necessidades de estudo. Quanto às possibilidades enxergo que o estudo individual e o apoio dos professores especializados nos permitirá crescer, evoluir e aprender cada vez mais, o que permitirá uma melhoria na inclusão do estudante com TEA e também no atendimento dos demais alunos da sala em que eles estarão.</p>
<p>P4 - Dúvidas: Tipo de atividades para trabalhar e estabelecer um processo de ensino-aprendizagem de qualidade com os estudantes com TEA. Saber a dificuldade de cada um e como posso atender as habilidades propostas. Como posso me aproximar deles. Possibilidades: Conversar com os pais, para realizar a</p>

tríade escola-família-aluno constantemente para sustentar as práticas pedagógicas inclusivas. Os pais podem nos auxiliar na aprendizagem daquele aluno e fortalecer os vínculos entre a escola e a família. Dificuldades: Ter estratégias para trabalhar com este discente no ambiente escolar.

P5 - Dúvidas: O que fazer para incluir plenamente os estudantes no desenvolvimento das suas habilidades e competências. Como desenvolver em sala de aula os conteúdos específicos da matemática, numa sala de aula com tantas diversidades, sem perder a qualidade, a aprendizagem e o desempenho de todos. Dificuldades: Conhecer as dificuldades e a forma para melhor aprendizagem de “todos”. Falta de conhecimento para elaborar atividades individualizadas que desenvolva as habilidades e respeite as diversidades existentes em sala de aula. Falta de tempo para elaborar as aulas para que contemplem todas as diversidades. Possibilidades: Desenvolver oralmente as habilidades respeitando as diversidades. Inclusão social em sala de aula e garantia do respeito mútuo.

P6 - Sendo cada autista um ser único, cada um com suas particularidades, é preciso conhecer essas individualidades para aí pensar nas práticas pedagógicas que se encaixam para cada estudante. Estudar e se informar também fazem parte do processo de conhecimento.

P7 - As dúvidas são várias, pois ao receber uma criança com TEA, o professor não recebe um relatório detalhado das necessidades desse aluno para que ele desenvolva a aprendizagem. As dificuldades estão na falta de formação para todos os profissionais da educação. Quanto às possibilidades de desenvolvimento dessas crianças acredito que são muitas dentro das escolas como a socialização, aprendizagem, desenvolvimento de um Projeto de Vida. Verificamos que tudo isso tem acontecido, porém com orientação e formação para os profissionais da educação, essas possibilidades tendem a se concretizar em projetos reais que beneficiarão a sociedade como um todo, no convívio e no respeito à diversidade.

P8 - A inclusão escolar deve ser de todos estudantes do ensino regular e deve ser realizada de forma cautelosa e respeitosa ao estudante e a sua família. O docente é o responsável para gerenciar as relações sociais, como o acolhimento e a aprendizagem dos estudantes com deficiências, favorecer o desenvolvimento de práticas inovadoras e fundamentadas nas mudanças de valores e trabalhar de forma transversal em todos os componentes curriculares, Os docentes especializados da sala de recursos e docentes das classes regulares, deverão elaborar as atividades de acordo com o Currículo Paulista do Estado de São Paulo, instruir e avaliar ao final o ensino oferecido para que o estudante possa participar e adquirir conhecimentos. Portanto, é fundamental a adoção de práticas inclusivas e esforço de toda a comunidade escolar para a superação das dificuldades e o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na escola e na sociedade. Sendo necessário reuniões bimestrais entre os docentes especializados e docentes das classes regulares para articular a teoria e a prática na sala de aula visando a inclusão escolar.

P9 - Dúvidas sempre e muita frustração, com a sensação do: será que estou fazendo o certo? Será que a atividade foi significativa? Pois no momento da aula,

da interação, do estímulo envolve em como o estudante com tea vai agir e reagir.

P10 - Penso que é extremamente necessário uma capacitação com os novos professores, precisa-se estudar microscopicamente a singularidade de cada necessidade, pois existem vários níveis de autismo, e detectar e obter esse laudo em mãos é crucial para saber que tipo de atividade pode ou não ser realizada com determinado aluno. Falta esclarecimento e conhecimento da parte dos professores que lidam com esse nicho de alunos, para saber de forma didática e precisa qual é a participação correta que deve ser feita na vida desse aluno para que ele progrida de maneira esperada dentro de suas dificuldades e limitações. Algumas dificuldades são: como incluir sem base, estudo ou laudo? O que preciso fazer para ajudar esse aluno e me colocar no papel de educador eficiente no processo ensino-aprendizagem? Necessita-se de capacitação com profissionais qualificados como médicos e psicólogos, por meio de palestras, aulas e reuniões.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Com a transcrição executada, efetuamos uma leitura inicial, o que nos permitiu ter uma visão geral, circunstância onde surgem ideias, os conceitos, palavras-chaves e a busca por padrões.

A 2º etapa: Exploração do material, após a leitura, tivemos que definir a unidade de registro, para posteriormente classificá-las, nas categorias. Tratando de questões abertas, optamos por considerar o parágrafo como unidade de registro, buscando dar o sentido e contexto geral da resposta. As categorias criadas se amparam e convergem com os objetivos da pesquisa, sendo o alvo buscar as respostas à questão norteadora. Definimos então as três categorias: A concepção sobre o conceito de inclusão escolar; Obstáculos pedagógicos e A dualidade entre dificuldades e possibilidades.

O último ponto é a 3º Etapa: Tratamento de resultado, para essa finalidade atuamos com a codificação, no qual incluímos os parágrafos que utilizamos como unidade de registro dentro das categorias já definidas, como esse arranjo concebemos a parte de análise de cada uma das categorias, interpretando e discutindo as respostas fornecidas pelos professores junto ao respaldo teórico.

Com o foco na pergunta que conduz a pesquisa e da análise dos dados produzidos, definimos três categorias, a fim de abranger o que de fato é mais significativo para convergir com as inquietações investigadas.

ANÁLISES

6. ANÁLISES

6.1 A Concepção sobre o Conceito de Inclusão Escolar

Pensar no espaço escolar, nos exige refletir sobre seu processo histórico, onde nem sempre TODOS, foram ou são bem vindos. No que diz respeito, às pessoas com deficiência somente com as lutas iniciadas nos anos 90, com a Constituição de 1988, a Declaração de Salamanca (1994) e da LDB 1996, deu início aos processos de inclusão.

Atualmente, passados mais de trinta anos, ainda enfrentamos desafios com essa temática. Por isso, um dos aspectos a serem considerados por esta pesquisa, se refere a concepção do conceito de inclusão escolar do professor que está em atividade dentro da instituição educacional.

Alguns dos participantes estavam em comum acordo, que a inclusão escolar se faz com a participação de todos, em consonância com essa ideia Stainback et al (1999, p.21) afirmam que “o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural”

A noção de inclusão, ser abrangente e ser de todos fica evidente nas respostas dos participantes.

P1 - A inclusão não se restringe apenas um grupo específico, mas a todos que frequentam a escola, os mais tímidos, os menos e os mais comunicativos, enfim, o papel da inclusão é integrar a todos, cada um com sua especificidade, de forma harmoniosa, valorizando cada um.

P5 - A inclusão escolar é ter em sala de aula as diversidades.

P7 - O processo de inclusão escolar implica em dar a todos o direito de ter acesso a uma educação de qualidade.

P8 - A inclusão escolar deve ser de todos os estudantes do ensino regular.

A partir da ótica teórica, os apontamentos feitos pelos professores, retratam um cenário, onde a inclusão engloba a TODOS, mas não há a reflexão de quem são os elementos do todo, de como lidar e conviver com essa vasta diferença. A inclusão escolar propicia (ORRÚ, 2017) a aproximação dos desiguais, em que suas diferenças podem ser diferenciadas em derivação da multiplicidade. Do ponto de vista conceitual, observa-se um progresso, se permitir conviver e reconhecer as diferenças e a diversidade. Isso marca o início de uma trajetória extensa que propicia a transformação da prática. O reconhecimento mútuo, tanto do outro quanto de si mesmo, capacita a reflexão e a ação com base nas potencialidades, em vez das limitações que, por vezes, podem surgir devido a medos e receios em relação ao que nos é diferente.

Deste modo, temos que a compreensão das diferenças, de que as pessoas são desiguais faz parte de um processo complexo, mas que o reconhecimento da multiplicidade coopera para a valorização das diferenças. Para atingir tal objetivo, é essencial ir além das questões de igualdade, adotando o princípio da equidade. Torna-se fundamental compreender as necessidades e potencialidades de cada indivíduo dentro de suas singularidades.

A inclusão sendo um princípio fundamental, no que se diz respeito ao acesso e permanência no ambiente escolar, podemos ter uma visão ampla sobre as diferenças e as diversidades encontradas nesse meio, seja por questões sociais, raciais, de gênero, sexualidade ou, no caso, das pessoas com deficiência.

Em uma das respostas, houve o apontamento para além das questões dos EPAEE, inicialmente ao questionar sobre o que era inclusão escolar, já buscava-se por essa extrapolação do público-alvo da Educação Especial.

P6 - Na minha opinião, a inclusão escolar não se trata somente das pessoas com deficiência, como também de outros grupos, daqueles considerados “minorias”, como pessoas negras e a comunidade LGBTQIAP+, entre outras.

Devido a sermos seres diversos e múltiplos, ter esse entendimento das diferenças e respeitá-las, sejam elas quais forem, beneficia as práticas docentes. Uma vez que promove o discernimento em relação ao que nos é diferente, respaldando a compreensão das particularidades das necessidades de cada estudante (ORRÚ, 2017), além de gerar contribuições para o enfrentamento à

discriminação e aos estigmas.

A inclusão só existe devido aos processos de exclusão, ela precisa ser um movimento contrário a todas as formas de *apartheid* (ORRÚ, 2017). Todavia, somente a presença de estudantes PcD não configura, a inclusão escolar, é necessário que esses estudantes, sejam acolhidos, respeitados, valorizando suas potencialidades, promovendo a equidade para sua plena participação.

P9 - Na educação inclusiva é apresentado que os alunos devem ter as mesmas oportunidades para aprender e conviver.

P10 - Acerca do tema “inclusão escolar” vejo como uma forma de colocar os alunos juntos com os outros para que eles possam ter estímulo para uma nova aprendizagem.

Buscar a concepção individual de cada profissional que atua junto ao estudante dentro da escola, não teve a pretensão de dizer o que seria certo ou errado, mas sim verificar como as particularidades de cada um irradiam e podem influenciar em suas práticas no dia a dia escolar.

Somente o fato, demonstrarem que são a favor da inclusão, e da presença de TODOS na escola, mesmo que na prática tenham ainda dificuldades de lidar, dado que “a inclusão não é coisa simplista, abstrata nem de categoria universal; porém é um problema fundamental, complexo em sua multiplicidade e se expressa nas possibilidades de seu acontecimento, muitas vezes, incógnito.” (ORRÚ, 2017, p. 44). Se abre novos caminhos, para que se aprenda a conviver com as diferenças, pois, “[...] inclusão pressupõe “fazer COM o outro”, “aprender COM o outro” e não sozinho, isolado, segregado, marginalizado” (ORRÚ, 2017, p. 45). Para tal propósito, o outro precisa estar presente e ser parte do todo.

6.2 Obstáculos Pedagógicos

Se o primeiro passo rumo à inclusão, é valorizar as diferenças, o segundo seria entender como fazer. Nesta pesquisa, o enfoque está no processo da inclusão escolar, pensando especificamente em um EPAAE com TEA. A vivências dos professores junto a este estudante viabilizou-nos relatar as dúvidas desses

profissionais e considerar possíveis soluções.

De forma geral, as dúvidas prevalecem, desde como interagir com o estudante, a como adaptar materiais, como garantir a sua inclusão na prática, como identificar suas dificuldades e potencialidades, a garantia de ofertar um ensino de qualidade, a falta de um trabalho multidisciplinar, e também o lidar consigo mesmo, ou seja, a autocrítica do professor.

P4 - Tipo de atividades para trabalhar e estabelecer um processo de ensino-aprendizagem de qualidade com os estudantes com TEA. Saber a dificuldade de cada um e como posso atender as habilidades propostas. Como posso me aproximar deles.

P5 - O que fazer para incluir plenamente os estudantes no desenvolvimento das suas habilidades e competências. Como desenvolver em sala de aula os conteúdos específicos da matemática, numa sala de aula com tantas diversidades, sem perder a qualidade, a aprendizagem e o desempenho de todos.

P7 - As dúvidas são várias, pois ao receber uma criança com TEA, o professor não recebe um relatório detalhado das necessidades desse aluno para que ele desenvolva a aprendizagem.

P9 - Dúvidas sempre e muita frustração, com a sensação do: será que estou fazendo o certo? Será que a atividade foi significativa? Pois no momento da aula, da interação, do estímulo envolve em como o estudante com tea vai agir e reagir.

A relação entre o professor e o estudante, é algo a ser construído, para que isso ocorra a escola como um ambiente de socialização pode oportunizar a criação de vínculos, com o estudante e o professor no mesmo ambiente, convivendo no dia a dia, seja dentro ou fora da sala de aula, durante as atividades pedagógicas, são ricas as oportunidades para que um conheça ao outro.

Deve haver empatia (Gomes, 2000) na relação entre professor e aluno, sendo a comunicação um fator primordial para uma melhor aprendizagem e um ambiente adequado para atender as demandas de ambos.

Porém, quando se trata de pessoas com TEA, uma de suas características é a dificuldade de interação social e a sua comunicação, o professor que não tem conhecimento desses aspectos, podem ter mais dificuldades em saber se aproximar e interagir, pois, baseado em suas experiências de suas relações com alunos típicos

tendem a querer reproduzir o mesmo com o estudante com TEA.

Para Aquino (1996), é significativa a relação entre o docente e discente, podendo gerar resultados diferentes nos indivíduos, sendo necessário considerar aspectos individuais quanto às metodologias utilizadas, o processo avaliativo e sobre os conteúdos trabalhados. Para Freire (1996), esta relação deve buscar promover a liberdade do ser e a sua autonomia.

Entre os alunos típicos já existem diferenças evidentes, alguns mais quietos e tímidos, e outros mais expansivos e comunicativos. Mas, assim são interações previsíveis. O TEA se tratando de um espectro não é possível afirmar como cada um irá interagir e reagir a diferentes situações, entretanto conhecer o transtorno e o estudante, oferece um respaldo para ter indicativos de como lidar com as situações cotidianas escolares.

Em seus apontamos André (1999), aborda fatores que podem vir a comprometer o processo de ensino e aprendizagem, influenciando em um insucesso escolar, a falta de afetividade por parte do professor é um desses fatores.

[...] aprender e ensinar só são possíveis pela intervenção do outro. São, portanto, atividades que se desenvolvem por meio de uma relação. No caso da relação com o saber, ela é ao mesmo tempo relação consigo próprio, com o outro e com o mundo, na medida em que esse saber e essa relação ajudam a construir a identidade do sujeito, a sua particularidade diante dos outros sujeitos e também permitem organizar, pôr em ordem e interpretar o mundo circundante. (CORDEIRO, 2007, p. 113-114).

O professor tem papel fundamental e de grande importância para promover uma educação de qualidade e inclusiva, entretanto não é o único responsável. Se faz necessário toda uma rede de apoio da comunidade escolar, alunos, gestores, funcionários podem contribuir para facilitar todo o processo.

Um recurso que não foi citado em nenhum momento pelos participantes, foi o Plano de Ensino Individualizado (PEI), se refere a um documento onde é descrito um planejamento e acompanhamento do processo de desenvolvimento e aprendizagem dos EPAEE, que relata de forma individualizada a respeito do estudante. Normalmente algumas áreas são avaliadas como: a acadêmica, sobre a vida diária, habilidades motoras, habilidades sociais, lazer e vida profissional.

Desta forma, fazer o uso do PEI a partir de uma perspectiva inclusiva, colabora para a execução da adaptação curricular, favorece a inclusão na prática,

garante que o professor tenha acesso às informações sobre as habilidades que o estudante apresenta algum déficit e também as suas potencialidades, ajudando a ofertar um ensino com mais qualidade, de acordo com as necessidades e perfil do aluno.

Segundo, Tannús-Valadão e Mendes (2018) o PEI pode ser entendido como um mapa que norteia o processo de inclusão, sendo concebido como:

Um planejamento das adequações individualizadas que visam a ajudar o aluno a atingir as metas de aprendizagem;

- Um registro documentado de um programa educacional baseado na individualidade do estudante, fundamentado em avaliações que permitem identificar seus pontos fortes e suas necessidades e, assim, traçar metas para o seu desenvolvimento e aprendizagem;
- Um documento com os apontamentos sobre os conhecimentos e habilidades iniciais e os adquiridos em um período estabelecido e, a partir destes, avaliar se está ocorrendo o desenvolvimento ou se há necessidade de mudanças no plano;
- Um documento que possibilita apresentar, aos responsáveis e aos interessados, o desenvolvimento do aluno, garantindo um processo inclusivo que promova o desenvolvimento humano e a aprendizagem.

Existem amparos legais para a realização do PEI, em 2009, é publicada uma resolução federal, atribuindo ao professor do AEE, a sua elaboração: *Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. (Brasil, 2009, p. 3).*

Só em 2014, no estado de São Paulo, por meio da Resolução n. 61, no artigo 9º, reforça e garante sua execução:

Artigo 9º - O professor especializado, que atue em Sala de Recursos, Itinerância ou classe regida pelo professor especializado - CRPE, responsabilizar-se-á por: V - elaborar e desenvolver o Plano de Atendimento Individualizado; (São Paulo, 2014).

Apesar de termos a legislação presente e em vigor a pelo menos quatorze anos, na prática nem sempre funciona, podemos evidenciar isso na resposta de P7.

P7 - [...] o professor não recebe um relatório detalhado das necessidades desse aluno para que ele desenvolva a aprendizagem.

Ao citar relatório detalhado, mesmo não tendo o conhecimento formal do que se trata o PEI, reconhece a necessidade de se ter informações relevantes para embasar seu trabalho. Mesmo que o profissional, faça sua parte em conhecer o estudante e suas necessidades, se torna inviável um trabalho coletivo, caso cada um resolva seguir caminhos e objetivos diferentes.

Do mesmo modo, que somente o professor sozinho não resolve as questões da inclusão, ter somente um documento direcionador tão pouco. O PEI é uma ferramenta indispensável para conduzir o trabalho pedagógico e acompanhar as demandas e progressos dos alunos. Mas o ponto de partida, é ser um documento bem elaborado, deve ser de acesso coletivo, ser flexível, e estar em consonância com a realidade do estudante e da demanda escolar.

O trabalho de forma multidisciplinar, que é o trabalho de forma paralela de diferentes profissionais, coopera para a inclusão escolar, uma vez que se tratando da atuação da área da saúde, que em nosso caso da pesquisa o estudante recebe tratamento com uma terapeuta ocupacional, acompanhamento com psicólogo comportamental e médica psiquiatra, auxiliando a tratar das comorbidades que associadas ao TEA, no qual o desenvolvimento de forma supervisionada de habilidades sociais, atividades de vida diária e o acompanhamento do uso de medicamentos, conferindo uma maior qualidade de vida ao estudante, o prepara para estar em condições comportamentais, psicológicas e emocionais para estar em sala de aula, para que o trabalho do professor no que tange a parte pedagógica seja realizado com êxito.

Desta maneira, evidencia que o processo inclusivo dentro da escola, não pode recair apenas sobre o professor, ele pode ser a peça chave, porém, fatores externos à escola e fatores biológicos do estudante, podem interferir neste processo. Portanto, o professor deve sim pensar, refletir e agir dentro de suas condições, mas não se culpar em caso não se tenha o resultado esperado, visto que no caso pesquisado esse “fracasso” de não saber o que e nem o como lidar, se dá pela

comparação do rendimento escolar do estudante com TEA com os demais alunos, ou seja, a oferta de oportunidades iguais a todos, se sobressai a singularidades na prática.

A autocrítica, os questionamentos sobre a própria prática deveria levar em consideração todos os aspectos de formação do indivíduo, Tardif (2002) e Gatti (1996), buscar investigar as concepções acerca dos saberes docentes, fato do qual os profissionais da educação carecem conhecer ou relembrar ao exercer suas atividades.

Tardif (2002) apresenta categorias para contemplação de diferentes saberes em sua integralidade. No quadro 5, o autor expõe de forma sucinta o autor cinco categorias de saberes, suas fontes de aquisição e a sua forma de interação no trabalho docente.

Quadro 5 - Os saberes dos professores

SABERES DOS PROFESSORES	FONTES SOCIAIS DE AQUISIÇÃO	MODOS DE INTERAÇÃO NO TRABALHO DOCENTE
Saberes pessoais dos professores	A família, o ambiente de vida, a educação no sentido lato, etc.	Pela história de vida e pela socialização primária
Saberes provenientes da formação escolar anterior	A escola primária e secundária, os estudos pós-secundários não especializados, etc.	Pela formação e pela socialização pré-profissionais
Saberes provenientes da formação profissional para o magistério	Os estabelecimentos de formação de professores, os estágios, os cursos de reciclagem, etc.	Pela formação e pela socialização profissional nas instituições de formação de professores
Saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho	A utilização das “ferramentas” dos professores: programas, livros didáticos, cadernos de exercícios, fichas, etc.	Pela utilização das “ferramentas” de trabalho, sua adaptação às tarefas
Saberes provenientes de sua própria experiência na profissão na sala de aula na escola	A prática do ofício na escola e na sala de aula, a experiência dos pares, etc.	Pela prática do trabalho e pela socialização profissional

Fonte: TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, 2010.

Contextualizando, a partir do objetivo deste trabalho, ao relacionarmos essas categorias de saberes temos que alguns questionamentos surgem e que podem inferir sobre a realidade atual: Referente aos saberes pessoais, que são adquiridos pelo convívio com a família e no cotidiano, ao ter acesso a esses saberes, será que algum profissional da pesquisa conheceu ou conviveu com uma PcD? Os saberes de formação escolar anterior, que podem ter ocorrido na escola por exemplo, esses professores, tiveram colegas, amigos PcD em suas salas? Vivenciaram a experiência de ver seus próprios professores, pensarem em inclusão? Ao chegarem ao saber da formação profissional, nos cursos de magistério, graduação, quantas disciplinas abordaram a questão da inclusão escolar, social? Quanto iniciam suas atuações, os saberes advindos de programas, livros didáticos, já trabalhavam em uma perspectiva inclusiva, com uma abordagem visando atender a todos? E por fim, os saberes provenientes de sua própria prática, que se constrói a partir de sua interação com seus pares e sua vivência profissional. Momento onde todos os saberes se encontram, mas não para um fim em si, mas para um recomeço de repensar, reformular e tentar novas possibilidades.

Desta forma, não podemos considerar somente aspectos técnicos e metodológicos na formação dos docentes, ao pensar em toda trajetória questões pessoais são indissociáveis ao profissional, trazendo influências a prática dentro de sala de aula, por isso, se faz necessário se atentar que “(...) pensamentos, sentimentos e ações são organizados pela articulação de elementos cognitivos, afetivos, biológicos e socioculturais, mediados simbolicamente ou não pela consciência e pelo inconsciente” (Araújo, 2003, p.155).

6.3 A Dualidade das Dificuldades e Possibilidades

Instigar os professores sobre suas práticas e como se sentem em relação a elas, nos forneceram dados relevantes, ao falarmos de inclusão, os profissionais também fazem parte do todo, é necessário considerar suas singularidades no ato da docência. Ao indagar sobre as percepções relacionadas às dificuldades e as possibilidades, adentramos um campo de auto percepção, no qual incentiva o

profissional a olhar para si e sua prática, dispondo de um momento de reflexão ao responderem ao questionário.

Para fins didáticos e de organização, discutiremos primeiramente sobre as dificuldades apontadas pelos professores. Os pontos comuns presentes nos relatos são de várias dificuldades de ordens diversas, apontaram aspectos de questão de estrutura física da escola, o uso de abordagens, falta de informação referente ao TEA, falta de acesso a informações específicas sobre o estudante, a adaptação curricular, o como interagir com o aluno, o pensar em TODOS a fim de favorecer a aprendizagem de forma coletiva, a falta de uma base/experiência para lidar com os EPAEE, o reconhecimento do seu papel como professor e a sua função.

A inclusão perpassa a acessibilidade, como no trecho citado por *P1* - *As dificuldades relacionadas à inclusão dos estudantes com TEA são inúmeras. Elas estão desde os espaços físicos da escola [...]*, neste quesito no espaço da instituição, foram pensadas ações para receber o estudante, a sala de sua turma fica próximo ao pátio e aos banheiros, os portões da escola estão sempre fechados, evitando que o estudante saia sem estar acompanhado. Porém, o limite de espaço para sua turma é pequeno, fazendo com que em sua sala não tenha espaço suficiente para se ter distâncias consideráveis entre as carteiras, e com a superlotação de alunos, se torna um ambiente poluído de forma visual e sonora. Quando estão presentes todos os alunos, há uma dificuldade em fazer o estudante ficar dentro da sala, afinal, são alunos e o professor falando ao mesmo tempo, o barulho do ventilador, as vezes com a televisão ligada, o barulho externo vindo do corredor, são muitos estímulos ao mesmo tempo, por vezes gerando uma sobrecarga sensorial, podendo chegar a crises agressivas e autolesivas. Neste cenário, a solução seria a redução do números de alunos por sala, o que no momento não é viável na realidade desta instituição, a posição e os espaçamento entre as carteiras, colaborando para o estudante ter mais liberdade em transitar dentro da sala e ter um local mais apropriado para se sentar e ter acesso ao conteúdo da lousa e ter contato direto com o professor durante a aula.

O ambiente físico é um dos desafios que podem comprometer a inclusão, para isso temos os recursos de acessibilidades, mas eles não devem ser considerados apenas para questões arquitetônicas. Deste modo, em consenso com Sasaki (2010) temos que a acessibilidade está além de acesso a espaços físicos, podendo ser vista em seis dimensões, sendo elas:

Arquitetônica: sem barreiras em ambientes físicos, residenciais, edifícios, espaços urbanos;

Comunicacional: à acessibilidade que se dá sem barreira na comunicação interpessoal, língua de sinais, escrita incluindo texto em braile;

Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudos (escolar), de trabalho (profissional) de ação comunitária;

Instrumental: sem barreiras nos instrumentos utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e recreação;

Programática: sem barreiras, muitas vezes embutidas em políticas públicas (leis, decretos e portarias);

Atitudinal: acessibilidade sem preconceitos em relação a pessoal em geral.

Logo, na primeira dificuldade apresentada, é necessário refletir e se atentar a diferentes fatores que visam favorecer o trabalho docente e sua contribuição para uma prática inclusiva, não é simplesmente adaptar o ambiente, isso é somente uma parte do todo.

Sobre a função docente no que tange o pedagógico, o que está previsto no currículo e as habilidades a serem desenvolvidas, podem e devem estar no PEI, ele como um documento norteador das práticas em sala de aula, consegue abranger as demandas do estudante. É impossível ensinar tudo e a todos, mas é possível ensinar a todos dentro de suas particularidades. Aplicar atividades diversificadas, adaptar o currículo às necessidades do estudante, permite ao professor avaliar de forma real o rendimento escolar, comparando somente o aluno consigo mesmo e não com os demais da turma.

Mas para que isso se torne realidade, há alguns pontos a serem discutidos e repensados, ao abordarmos sobre o saberes docentes, vimos que a trajetória de vida e todo o processo de formação, seja ele formal, informal ou não-formal possui influência na prática docente, afinal não somos neutros ao viver em um meio social, assim, ao identificar uma característica própria sobre sua atuação P2, diz *“me vejo como uma pessoa que não tenho aptidão para lidar com alunos que não como a maioria dos alunos da sala.”*, o ato de reconhecer suas fragilidades e ser acolhido pelo meio escolar permite que isso seja trabalhado, buscando favorecer sua prática com todos os estudantes, mas, principalmente consigo mesma, se aprofundar para compreender de onde vem esta falta de aptidão, se é por falta de formação

adequada, se é por falta de conviver com o diferente, a quebra de preconceitos e estereótipos, sobretudo a ruptura da ideia de normalidade, pois,

O professor inclusivo não procura eliminar a diferença em favor de uma suposta igualdade do alunado - tão almejada pelos que apregoam a homogeneidade da sala de aula. Ele está atento aos diferentes tons das vozes que compõem a turma, promovendo a harmonia, o diálogo, contrapondo-as, complementando-as (Mantoan, 2015, p. 79).

Embora uma pessoa com TEA, deva ter os critérios médicos para ser diagnosticada, não se pode e nem se deve generalizar que todos os autistas sejam iguais. Alguns dos participantes revelam que suas dificuldades estão na falta de conhecimentos sobre o TEA, como P1: “ [...] *falta de informação e conhecimento geral sobre o autismo*” e P3: “*Eu não tenho conhecimento aprofundado do que um aluno com TEA necessita como atendimento básico, como devo me dirigir a ele quanto às especificidades de cada caso*”, neste quesito, interpreto duas possibilidades, a primeira é sobre o processo de auto formação, um docente possui plenas capacidades de buscar informações e formações que podem ir ao encontro de suas demandas de trabalho, porém, dentro da própria unidade escolar também, deveria ser realizado momentos de formação e conscientização garantindo uma atuação coletiva em prol da inclusão, pois, não é função e papel somente do professor resolver todos os percalços, um exemplo claro, é ter que atender uma demanda grande de alunos em um espaço físico que não comporta a necessidades de todos. A segunda, mesmo que questões de acessibilidade e formação estejam atendidas, ter respaldo teórico e técnico, ainda pode não garantir boas práticas, visto que aspectos atitudinais e práticos são cruciais, no entanto, isso pode variar de cada profissional e ter PcD nas salas regulares, permite ter essas vivências cotidianas e o aprendizado do docente na prática.

Se conhecer o transtorno é o básico, conhecer o estudante com TEA é imprescindível, essa é uma das dificuldades descritas por P1: “ [...] *o conhecimento mais específico do estudante que ocupa o espaço escolar, como suas características, preferência, especificidades, etc.*”. Do mesmo modo, P2 aponta a dificuldade de “*entender as necessidades do aluno*”. Já P3, aponta uma atuação prática e reflexiva sobre seu obstáculo “ [...] *Estou em processo de estudo, de avaliar as necessidades dos alunos recebidos pela escola e qual atendimento cada um*

exige. Cada estudante é único e no caso dos estudantes com TEA, essa individualidade é ainda mais latente, isso, para mim, é a maior dificuldade relacionada à inclusão.” O que pode guiar o conhecimento dos profissionais sobre o estudante, é através do PEI, sendo um documento elaborado pelo profissional de sala de recursos, com informações relevantes de cunho pedagógicos, comportamentais, estratégias e objetivos a serem alcançados. Todavia, somente a experiência e convívio com o estudante, com a criação de vínculos possibilita que o que está previsto no PEI, seja cumprido.

Depois de conhecer o que se trata o TEA e o estudante, é o momento de pensar em como ensinar, por incrível que pareça o docentes relataram dificuldades sobre isso, quando se trata de inclusão a primeira dificuldades que surge é, para P2: *“Adaptar o currículo”*, considerando como sendo Correia (1999) as modificações, ajustes ou transformações que os educadores e as instituições escolares fazem nas propostas curriculares para atender às necessidades específicas dos alunos. Estas mudanças podem afetar tanto os componentes fundamentais do currículo como os elementos que facilitam o acesso ao currículo.

Além da adaptação curricular, há outros fatores como mostra P5, ao discorrer seus desafios *que são: “Conhecer as dificuldades e a forma para melhor aprendizagem de “todos”. Falta de conhecimento para elaborar atividades individualizadas que desenvolva as habilidades e respeite as diversidades existentes em sala de aula. Falta de tempo para elaborar as aulas para que contemplem todas as diversidades.”*, em seus apontamentos é viável encontrar soluções, dado que expor suas dificuldades e a falta de conhecimento, que são plausíveis de se resolver, com formações e orientações, entretanto, ao citar a falta de tempo, se acende um alerta a respeito de sobrecarga de demandas e abre precedentes a mais questionamentos, sobre a rotina escolar, se os momento de formação atende a demanda da instituição, se há outros processo burocráticos que deveriam ser simplificados em prol de amparar o fazer pedagógico, uma vez que é complexo e desafiador uma prática que engloba a todos, como cita Beyer (2009):

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas (Beyer, 2009, p.76).

O segundo ponto, a ser abordado, são as possibilidades apontadas pelos professores, a colocação de P1, ilustra de forma sucinta, mas, retrata que as sementes da inclusão estão plantadas e que podem florescer, pois, há a compreensão de que a inclusão escolar é um processo, *para P1: “Entendo a inclusão como um processo porque nunca sabemos tudo e cada indivíduo é único e por isso mesmo desafios novos aparecem na caminhada.”*

Se a inclusão é vista como processual, ela deve estar em constante desenvolvimento, para isso alguns detalhes que trazem benefícios, são referidos pelos participantes.

A formação continuada é um deles, dado que para o trabalho do professor seja sempre reciclado e atualizado com as demandas recentes, como citado pelo próprio profissional P1: *“Dentro da temática “inclusão” deveríamos periodicamente, termos cursos, palestras para todos no espaço escolar para instruir, orientar com a finalidade de melhorar e sanar dúvidas e dificuldades que cada situação pode, no cotidiano surgir.”*, afinal a inclusão sendo processual está sempre em construção e modificação. O suporte dos profissionais especializados auxilia na aprendizagem do como fazer a inclusão na prática, orientando, colaborando na elaboração de materiais e adaptação curricular.

A inclusão se faz de todos e com todos, se trata de ação coletiva, ainda assim, neste estudo com foco no docente, outras possibilidades consideradas, P3 aponta que *“Quanto às possibilidades enxergo que o estudo individual e o apoio dos professores especializados nos permitirá crescer, evoluir e aprender cada vez mais, o que permitirá uma melhoria na inclusão do estudante com TEA e também no atendimento dos demais alunos da sala em que eles estarão.”* em consonância o P8, *relata: “O docente é o responsável por gerenciar as relações sociais, como o acolhimento e a aprendizagem dos estudantes com deficiências, favorecer o desenvolvimento de práticas inovadoras e fundamentadas nas mudanças de valores e trabalhar de forma transversal em todos os componentes curriculares. Os docentes especializados da sala de recursos e docentes das classes regulares, deverão elaborar as atividades de acordo com o currículo, instruir e avaliar ao final o ensino oferecido para que o estudante possa participar e adquirir conhecimentos.”* Em

virtude de “o conhecimento envolve a constante unidade entre ação e reflexão sobre a realidade” Freire (2011, p. 72).

Do mesmo modo, que o trabalho colaborativo entre professores é promissor, a aproximação e a parceria da escola com a família, podem trazer benefícios a ambos, acolher a família, orientar sobre os direitos do estudante, ter a família presente dentro da escola, facilitando a comunicação e conhecimento sobre estudante com mais profundidade, principalmente suas singularidades e respeito, ideias reforçadas por P4, quando atesta que *“Conversar com os pais, para realizar a tríade escola-família-aluno constantemente para sustentar as práticas pedagógicas inclusivas. Os pais podem nos auxiliar na aprendizagem daquele aluno e fortalecer os vínculos entre a escola e a família”*. O acompanhamento escolar por parte da família é crucial na vida de qualquer estudante (OLIVEIRA e SOBRAL 2020), devido à responsabilidade de proporcionar segurança, afeto e, acima de tudo, educação.

Sendo, enfatizado por P8 que *“A inclusão escolar deve ser de todos estudantes do ensino regular e deve ser realizada de forma cautelosa e respeitosa ao estudante e a sua família”*, suscitando a família como aliada a causa da inclusão escolar Mantoan (2003):

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu (MANTOAN, 2003, p.30).

Por fim, são citadas diferentes estratégias pelos participantes considerando suas realidades no cenário da pesquisa, alguns mencionam estratégias pedagógicas, no que se refere ao desenvolvimento de habilidades acadêmicas, para P5, uma possibilidade seria *“Desenvolver oralmente as habilidades respeitando as diversidades.”*, já P8 traz a luz sobre o alinhamento entre os pares, dizendo ser *“[...] necessário reuniões bimestrais entre os docentes especializados e docentes das classes regulares para articular a teoria e a prática na sala de aula visando a inclusão escolar.*

Outra possibilidade sinalizada, é a compreensão da individualidade e singularidade do aluno (GLAT; BLANCO, 2007), reconhecer que somos únicos e

diferentes, para que assim possamos exercer a prática pedagógica, conforme P6, afirma *“Sendo cada autista um ser único, cada um com suas particularidades, é preciso conhecer essas individualidades para aí pensar nas práticas pedagógicas que se encaixam para cada estudante.”*

Para que uma escola se torne inclusiva, deverá haver o reconhecimento de que alguns alunos necessitarão mais de que outros de ajudas e apoios diversos para alcançar o sucesso de sua escolarização. Essa postura representa uma mudança na cultura escolar. Pois, sem a organização de um ambiente mais favorável ao atendimento das necessidades dos alunos que precisam de estratégias e técnicas diferenciadas para aprender, qualquer proposta de Educação Inclusiva não passa de retórica ou discurso político (GLAT e BLANCO, 2007, p. 28).

De modo geral, não foram apontadas tantas soluções, é natural focar nos problemas e nas dificuldades, contudo se trata de processos e que se passam por fases, mesmo que caminhe lentamente o que determina o sucesso desta luta é não parar. O que P8, expõe, que estamos no caminho certo quando declara que *“é fundamental a adoção de práticas inclusivas e esforço de toda a comunidade escolar para a superação das dificuldades e o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na escola e na sociedade.”*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a inclusão escolar se trata de um processo e está sempre em movimento, ao olhar para essa realidade pontual, dentro do cenário de uma instituição pública de tempo integral, a partir da participação dos professores que estão em exercício da profissão em contato com suas experiências no convívio com um estudante com Transtornos do Espectro Autista, conseguimos elaborar hipóteses de respostas à questão diretriz, que buscava investigar se a compreensão de diferentes aspectos que influenciam no processo de inclusão escolar de um estudante com TEA, poderiam favorecer o desenvolvimento de estratégias pedagógicas e sociais dentro do ambiente escolar.

Através das análises dos dados produzidos, divididos em três categorias: A concepção sobre o conceito de inclusão escolar; Obstáculos pedagógicos e A dualidade entre dificuldades e possibilidades, inferimos que os professores defendem a inclusão, contudo ainda não se sentem preparados para lidar na prática, seja por questões de falta de experiências ou não saber lidar com as diferenças, principalmente se tratando do TEA, onde há a pluralidade dentro do próprio transtorno. Entretanto, mesmo com as dúvidas e dificuldades, conseguiram descrever possíveis caminhos a serem percorridos, como a formação continuada, o vínculo entre escola e família, o trabalho em conjunto com os professores especializados, a adaptação curricular e principalmente a compreensão de que a inclusão escolar envolve inúmeros fatores e sujeitos.

Concluimos que ao reconhecer diferentes aspectos que se relacionam com o processo de inclusão escolar, a partir das respostas dos professores, as principais contribuições foram: a reflexão sobre a auto percepção que cada um tem sobre a inclusão e como ela emana de formas diferentes em cada profissional, o reconhecimento das limitações ao atuar junto a um estudante com autismo e o apontamento de possíveis ações para contribuir com o desenvolvimento de estratégias pedagógicas corroborando para práticas mais inclusivas que atendam as singularidades do estudante.

Portanto, é essencial ponderar que na inclusão escolar, entre o real e o ideal, existe o possível. O real nos possibilita aprender, o ideal nos permite sonhar e o possível concretizar. Afinal,

Estamos todos no mesmo barco e temos de assumir o comando e escolher a rota que mais diretamente nos pode levar ao que pretendemos. Essa escolha não é solitária e só vai valer se somarmos nossas forças às de outros colegas, pais, educadores em geral, que estão cientes de que as soluções coletivas são as mais acertadas e eficientes (MANTOAN, 2003, p.9).

Como professora e pesquisadora, para além dos resultados deste trabalho deixo questões que possam ser refletidas e quem sabe contribuir aos meus colegas de profissão. A inclusão escolar é com TODOS, e nós professores fazemos parte dela, é vital se atentar as necessidades e demandas de nossos estudantes, as suas especificidades, singularidades, estar de acordo com nossas funções advindas de nosso trabalho enquanto educadores. No entanto, antes de sermos profissionais, responsáveis pela mais bela arte que é o ensinar, é imprescindível que saibamos aprender, seja com os outros, mas principalmente com nós mesmos. Devemos compreender e aceitar, que somos seres em constante formação, que temos medos e anseios, que podem refletir em nossa prática pedagógica. Devemos permitir-nos errar, fazer diferente, dizer que não sabemos, solicitar ajuda quando necessário, permitir-nos ser e conhecer a diversidade e a multiplicidade que temos no ambiente escolar. Embora a formação formal seja fundamental, a prática diária é o que nos transforma. Toda luta por uma educação inclusiva e de qualidade é válida e fica mais leve quando é compartilhada, assim como me inspirei em outros educadores para sempre acreditar que a educação tem um poder transformador, espero ter sido mais um elo para que o esperar continue...

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. (org.). **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. Campinas: Papyrus, 1999.
- AQUINO, J. G. **A relação professor-aluno: do pedagógico ao institucional**. São Paulo: Summus, 1996.
- American Psychiatric Association. (2014). **Manual de diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM – V**. (5 ed.). (M. I. Nascimento, Trad.) Porto Alegre: Artmed.
- BAPTISTA, C.; BOSA, C. (org.). **Autismo e educação: atuais desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BAPTISTA, C. R. A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas. In: BAPTISTA, C. R. (org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 93).
- BARROS, D. D. **Leitura e escrita de mundo com a Matemática e a comunidade LGBT+**: as lutas e a representatividade de um movimento social. 2021. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11299798. Acesso em: 16 de out. de 2023.
- BEYER, H. O. Da integração escolar à Educação Inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. (org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73-81.
- BEYER, H. O. **A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial**: Revista inclusão, v. 2, 2007.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Editora Porto, 1982.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 de out. de 2023.
- BRASIL. Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Resolução n. 4**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 19 de jul. de 2023.

BRITES, L.; BRITES, C. **Mentes únicas**. São Paulo: Editora Gente, 2019.

CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. **Inclusão Escolar de Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Uma Revisão Sistemática da Literatura**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LwWNFfpwcvWRvdwLTkMvdWF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de set. de 2023.

CAPELLINI, V. L. M. F. (2001). **A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns: avaliação do rendimento acadêmico**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.

CORDEIRO, J. **Didática**. – 1. ed. 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2007.

CORONAVÍRUS: OMS DECLARA PANDEMIA. **BBC News Brasil**, 11 março de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51842518>. Acesso em: 16 de Junho de 2022.

CORREIA, L. M. (1999), apud MORGADO, J. C. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto. 2008.

CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

FERRO, A. **Acessibilidade e inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular**. Rio Claro, 2016.

FREIRE, P. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**/ Paulo Freire: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIOLO, A. M., GARCEZ, L. **A inclusão de crianças autistas no ensino regular**. Aletheia v.55, n.1, p.168-191 jul./dez. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-0394202200010010. Acesso em: 15 de set. de 2023.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. (2007). Educação Especial no Contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro, 7 Letras, pp. 15-35.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GÓMEZ, A. I. P. **A aprendizagem escolar: da didática operatória à reconstrução da cultura na sala de aula**. In: SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. Acesso em: 11 de out. de 2023.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar, 2019. Brasília: MEC, 2019.

MAENNER, M. J.; WARREN, Z.; WILLIAMS, A. R.; et al. **Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years** — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2020. MMWR Surveill Summ 2023;72(No. SS-2):1–14. DOI: <http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.ss7202a1>. Acesso em: 28 Março de 2023.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELLO, A. M. S. **Autismo: guia prático**. 5 ed. São Paulo: AMA. Brasília: CORDE, 2007.

SCHLÜNZEN, E. T. M. (2000) **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor: criando um ambiente construcionista, contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas**. 211 f. Tese (Doutorado em Educação: currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SCHLÜNZEN, E. T. M.; SANTOS, D. A. N. **Práticas Pedagógicas do Professor: abordagem Construcionista, contextualizada e significativa para uma educação inclusiva**. Curitiba: Appris, 2016.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ORRÚ, S. E. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SERRA, D. C. G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular:**

desafios e processos. 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:

http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/DISSERTAO%20Dayse%20Carla%20G.%20Serra.pdf. Acesso em: 25 fevereiro de 2022.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão**: Um guia para educadores. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1999.

TANNÚS-VALADÃO G., MENDES E. G. **Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado**: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230076.pdf>. Acesso em: 11 de out. de 2023.

VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. **Aprendizagem e comportamento humano**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

VASCONCELOS, J. M. **Inclusão escolar da criança e do adolescente com TEA: uma revisão sistemática de literatura de 2015 a 2021**. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/33/inclusao-escolar-da-crianca-e-do-adolescente-com-tea-uma-revisao-sistematica-de-literatura-de-2015-a-2021>. Acesso em: 15 de set. de 2023.

WIMMER, Roger D.; DOMINICK, Joseph R. **La investigación científica de los medios de comunicación**: una introducción a sus métodos. Barcelona: Bosch, 1996.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS**ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE)
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)**

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada “Autismo e Inclusão Escolar: Reflexões a partir da perspectiva docente” que será desenvolvida por Aline Aparecida Alcântara da Silva, RG 49.686.328-9, pertencente ao programa de Pós-Graduação em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Klaus Schlunzen Junior, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp – Presidente Prudente. O objetivo da referida pesquisa é discorrer sobre o processo de inclusão em sala regular de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com vista às dificuldades e potencialidades na perspectiva dos professores. Este é um tema relevante a ser explorado e dada a sua importância, a pesquisa contribuirá produzindo perspectivas acerca deste tema e de discussões sobre a inclusão escolar.

Caso aceite este convite, sua participação consistirá em responder duas perguntas em forma de escrita de próprio punho. Todas as informações obtidas a partir das respostas das perguntas serão registradas por escrito com a finalidade de constituir o material de pesquisa.

Há o risco de você se sentir constrangido(a) e/ou desconfortável com alguma das perguntas. Como forma de minimizar tais riscos é importante que saiba que não precisará responder a todas. Há também a garantia de que o planejamento será feito antecipadamente, minimizando assim os riscos de desconforto.

A qualquer momento, antes, durante ou após sua participação o pesquisador se coloca à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. A participação é voluntária e sua recusa em participar não lhe provocará nenhum dano ou punição. Você poderá se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Para participar não terá nenhuma despesa, bem como nenhum tipo de remuneração. Se você se sente esclarecida sobre a sua participação na pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido a assinar este Termo.

Assis, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura da Participante

Dados sobre a Pesquisa:

Título do Projeto: Processo de inclusão escolar de um estudante com transtorno do espectro autista: aproximações da perspectiva docente e as práticas baseadas em evidência.

Pesquisador Responsável: Aline Aparecida Alcântara da Silva

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Faculdade de Ciências e Tecnologia/Unesp/Presidente Prudente

Endereço: Roberto Símonsens, 305 - Centro Educacional, Pres. Prudente - SP,
19060-900.

Dados para Contato: Fone (18) 98800-9394 / e-mail: aline.alcantara@unesp.br

Dados sobre o Participante da Pesquisa:

Nome: _____

Documento de Identidade: _____

Data de Nascimento: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____